



POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

PC-BA

550 Questões Gabaritadas

Delegado

QUESTÕES GABARITADAS

GBT-077JL-26

QUEM SOMOS?

A Editora Gabaritei é formada por profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado de concursos públicos, atuando de forma estratégica na elaboração de materiais didáticos que auxiliam candidatos de todo o Brasil a conquistarem a tão sonhada aprovação.

Ao longo dessa trajetória, a Editora Gabaritei já contribuiu para a aprovação de mais de 330.000 candidatos, resultado de um trabalho construído com seriedade, conhecimento técnico e profundo entendimento das exigências dos editais e das bancas organizadoras. Cada material é desenvolvido com foco nas disciplinas mais recorrentes, nos conteúdos mais cobrados e na organização eficiente do estudo.

Além dos conteúdos teóricos, a Editora Gabaritei também produz materiais de estudo baseados em questões dos últimos concursos, cuidadosamente selecionadas e organizadas de acordo com o perfil das bancas examinadoras. Essa abordagem permite ao candidato compreender a lógica das provas, identificar padrões de cobrança e direcionar seus estudos de forma mais assertiva, conduzindo sua preparação com maior segurança e eficiência.

As apostilas são estruturadas com linguagem clara, objetiva e didática, facilitando a compreensão dos temas tanto para quem está iniciando quanto para quem já possui uma rotina de estudos mais avançada. Os conteúdos são apresentados de forma estratégica, com explicações diretas, exemplos práticos e orientações que auxiliam na fixação e no desempenho do candidato durante a prova.

Mais do que reunir conteúdo, a Editora Gabaritei tem como compromisso oferecer uma experiência de estudo eficiente, respeitando o tempo do concurseiro e potencializando seus resultados. A constante atualização dos materiais garante alinhamento com as mudanças nos editais e com as tendências das principais bancas examinadoras.

Fazer parte da história da Editora Gabaritei é caminhar ao lado de uma equipe experiente, comprometida com a qualidade e com o sucesso de milhares de candidatos que acreditaram em seu potencial e conquistaram uma nova realidade por meio da aprovação.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	5
RACIOCÍNIO LÓGICO	19
ATUALIDADES	23
INFORMÁTICA.....	25
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO	31
MEDICINA LEGAL.....	35
LEGISLAÇÃO GERAL	41
DIREITO ADMINISTRATIVO	47
DIREITO CONSTITUCIONAL	59
DIREITO PENAL	69
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	79
LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL EXTRAVAGANTE	87
DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL.....	99
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	105
DIREITO TRIBUTÁRIO	113
DIREITO AMBIENTAL.....	119
CRIMINOLOGIA.....	127

LÍNGUA PORTUGUESA



01. INSTITUTO AACP - PEDA (PREF V CONQUISTA)/PREF V CONQUISTA/2026

Dados do IBGE sobre saúde de estudantes levantam temas para a formulação de políticas públicas

A quinta edição da PeNSE trata de temas como consumo de cigarros eletrônicos, abuso sexual e segurança e traz informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde de adolescentes entre 13 e 17 anos das redes pública e privada.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a quinta edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2024). A PeNSE é uma ação promovida pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE e o Ministério da Educação. Ela investiga informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde de adolescentes entre 13 e 17 anos. Segundo a professora Luciane Sá de Andrade, do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP, a pesquisa é importante porque gera dados suficientes para a melhoria de políticas públicas voltadas para a faixa etária pesquisada.

A PeNSE tem o objetivo de coletar dados essenciais de diferentes aspectos da vida dos adolescentes e investigar, segundo o Ministério da Saúde, a frequência e distribuição de fatores de riscos para doenças crônicas não transmissíveis, saúde mental, vacinação, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e questões de conflito e violência dentro do ambiente escolar e familiar. Luciane explica que a visão plural de saúde é fundamental dentro da pesquisa. “Não é só a saúde do ponto de vista biológico ou de uma doença instalada, mas também aspectos que podem interferir ou produzir estados relacionados à saúde também, como saúde mental, a questão da violência fora e dentro da escola, saúde sexual e reprodutiva. Ela é uma pesquisa bem completa.”.

Os pontos ressaltados na pesquisa orientam o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente o Programa Saúde na Escola (PSE), que associa duas áreas interdependentes: educação e saúde. “A educação é um dos determinantes de saúde por uma das abordagens teóricas na relação saúde e educação. Dentro das políticas públicas elas estão interligadas pelo Programa Saúde na Escola (PSE) e, até antes disso, pela área de saúde escolar. Nós podemos pensar também que melhores níveis de educação possibilitam às pessoas maior acesso e melhores condições de saúde. Não só pela educação, mas há outros determinantes interligados a isso, como renda, como saneamento básico e outros determinantes aí envolvidos na produção da saúde.”.

[...]

A integração entre outros agentes da sociedade é importante para o desenvolvimento de políticas públicas. “A PeNSE é esse retrato de como estão os jovens, crianças e adolescentes em relação a diferentes questões relacionadas à saúde. E isso traz elementos muito importantes para essa construção ou reformulação das políticas públicas na área e para as ações. A universidade pode colaborar também no desenho dessas políticas públicas e por meio da extensão que já faz com ações junto à escola, junto às Secretarias de Saúde, junto aos Ministérios”, diz Luciane.

Adaptado de: <https://jornal.usp.br/atualidades/dados-do-ibge-sobre-saude-de-estudantes-levantam-temas-para-a-formulacao-de-politicas-publicas/>.

Acesso em: 23 abr. 2026

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra acentuada com base na mesma regra de acentuação do termo “política”.

- a) Saúde.
- b) Estatística.
- c) Só.
- d) Também.
- e) Educação.

02. INSTITUTO AACP - FIS AMB (IDEMA RN)/IDEMARN/2025

Tecnologia amplia papel das crianças como motores do conhecimento nas famílias

Por Jornal da USP

Estudo mostra como crianças nascidas após 2010 intensificaram a socialização do conhecimento com gerações anteriores, o que pode ser facilitado de acordo com a tecnologia, a escola e o tipo de interação entre pais e filhos

Uma pesquisa feita na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP investiga quais são os fatores que influenciam o processo de socialização reversa de famílias brasileiras. Tal socialização ocorre quando a criança cresce adquirindo mais conhecimento que seus pais, o que acaba por gerar neles o interesse em aprender com os filhos. O trabalho foi idealizado por Murilo Lima Araújo, com orientação do professor Andres Rodrigues Veloso, do Departamento de Administração.

“[Para o desenvolvimento do trabalho] me baseei na teoria da socialização do consumidor e da socialização reversa, que é um fenômeno estudado desde os anos 1970. Então, discorri sobre essa socialização nas características cotidianas: no futebol, na alimentação, viagens, roupas, sustentabilidade e tecnologia”,

RACIOCÍNIO LÓGICO



01. INSTITUTO AACP - TEC MP (MPE RS)/MPE RS/2025

Em determinado dia de trabalho no MP, foram realizadas 400 pesquisas em bancos de dados eletrônicos. Essas pesquisas abrangeram assuntos administrativos – especificamente relacionados às áreas de pessoal, patrimonial ou financeira – ou trataram de outros temas. As seguintes informações são conhecidas:

- 200 pesquisas trataram de questões de pessoal;
- 180 pesquisas abordaram questões patrimoniais;
- 150 pesquisas envolveram questões financeiras;
- 70 pesquisas trataram de exatamente duas das três áreas administrativas;
- 50 pesquisas foram referentes a outros assuntos (não administrativos);

A quantidade de pesquisas que se referem exclusivamente à área de pessoal é o dobro da quantidade de pesquisas que se refere exclusivamente à área financeira.

Com base nessas informações, a quantidade de pesquisas que abordaram simultaneamente as três áreas administrativas (pessoal, patrimonial e financeira) é igual a

- a) 25.
- b) 30.
- c) 45.
- d) 55.
- e) 60.

02. INSTITUTO AACP - TPNS (UENF)/UENF/ ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2025

Um armário possui várias gavetas, nas quais, inicialmente, seria feita a distribuição igualitária de 312 objetos. No entanto, após uma conferência, foi constatado que 13 gavetas já estavam ocupadas com outros materiais e, por isso, não poderiam ser utilizadas. Assim, os 312 objetos foram distribuídos igualmente entre as gavetas restantes. Ao final, verificou-se que cada uma dessas gavetas recebeu 2 objetos a mais do que receberia no plano original, em que todas as gavetas estariam disponíveis.

Dessa forma, o número total de gavetas utilizadas na distribuição final dos 312 objetos é igual a

- a) 39.
- b) 56.
- c) 17.
- d) 28.
- e) 45.

03. INSTITUTO AACP - PROF (SEDUC RS)/ SEDUC RS/MATEMÁTICA/2025

Uma fábrica de doces produz dois tipos de balas: de menta e de frutas. Em determinado dia, foram produzidas 180 balas de menta e 252 balas de frutas. A gerência decidiu que todas essas balas devem ser embaladas em sacos idênticos, contendo o mesmo número de balas em cada um, sem misturar os tipos de bala no mesmo saco e sem que sobre nenhuma bala. Para que o número de sacos seja o menor possível, quantas balas haverá em cada saco?

- a) 18 balas.
- b) 24 balas.
- c) 36 balas.
- d) 42 balas.
- e) 48 balas.

04. INSTITUTO AACP - TEC PORT (CODERN)/ CODERN/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2025

Considere que um carregamento de 240 contêineres chegou ao Porto de Maceió. O setor de logística os dividiu em três grupos: o primeiro grupo, composto por $\frac{3}{8}$ desses contêineres, deve ser inspecionado pela Receita Federal; o segundo grupo, composto por $\frac{1}{3}$ desse carregamento, deve passar pela vistoria fitossanitária; o terceiro grupo, composto pelos contêineres restantes, será liberado diretamente para o pátio. Considerando que cada contêiner pode estar apenas em um dos grupos, assinale a alternativa que apresenta **corretamente** quantos contêineres serão liberados diretamente para o pátio.

- a) 70.
- b) 80.
- c) 90.
- d) 170.
- e) 180.

05. INSTITUTO AACP - ADM (UNIRIO)/ UNIRIO/"SEM ÁREA"/2026

Em um almoxarifado de limpeza, há dois tipos de solução desinfetante. A Solução A tem 20% de álcool puro e a Solução B tem 50% de álcool puro. Deseja-se obter 12 litros de uma mistura com concentração final de 30% de álcool. Respeitadas essas condições, a diferença entre as quantidades (em litros) da Solução A e da Solução B que serão utilizadas é

- a) 2 litros.
- b) 3 litros.
- c) 4 litros.
- d) 6 litros.
- e) 8 litros.

ATUALIDADES



01. INSTITUTO AACP - AG SAN (SANESUL)/SANESUL/2025

A respeito da relação entre saneamento básico e meio ambiente, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Tratamento de esgoto.
2. Coleta de lixo.
3. Abastecimento de água potável.
4. Sistema de drenagem de águas pluviais.
5. Destinação correta de resíduos sólidos.

() Previne enchentes e alagamentos, controlando o fluxo de águas da chuva.

() Impede a contaminação dos corpos d'água, removendo impurezas antes do descarte.

() Garante o fornecimento de água limpa e segura para consumo humano.

() Reduz impactos ambientais e evita a proliferação de vetores de doenças ao descartar resíduos de forma adequada.

() Minimiza os impactos ambientais e a proliferação de doenças, tratando e descartando de maneira adequada o lixo produzido pela sociedade.

- a) 4 – 1 – 3 – 5 – 2.
- b) 1 – 4 – 2 – 3 – 5.
- c) 5 – 3 – 4 – 2 – 1.
- d) 3 – 2 – 1 – 5 – 4.
- e) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.

02. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

No mês de março de 2025, um terremoto de magnitude 7,7 foi sentido na Tailândia, na China e em Bangladesh, atingindo gravemente

- a) a Malásia.
- b) a Turquia.
- c) o Sudão.
- d) Mianmar.
- e) Nova Guiné.

03. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

Na capital paraense, as obras da COP 30 na Nova Doca e Tamandaré contaram com uma técnica inspirada em projeto de Cingapura para contribuir com o conforto ambiental do local. Essa técnica se refere

- a) aos painéis de resfriamento ambiental.
- b) ao isolamento acústico predial.
- c) à fiação de energia elétrica subterrânea.
- d) ao lago artificial da Doca.

- e) aos jardins suspensos.

04. INSTITUTO AACP - AG SAN (SANESUL)/SANESUL/2025

O acesso à água potável é um componente fundamental do saneamento básico. Qual das seguintes alternativas apresenta uma consequência direta da falta de acesso à água potável?

- a) Aumento da necessidade de importação de alimentos devido à escassez de água para irrigação.
- b) Melhora na qualidade do sono da população.
- c) Redução da incidência de doenças respiratórias.
- d) Equilíbrio das taxas de natalidade e mortalidade.
- e) Aumento da mortalidade infantil devido a doenças diarreicas.

05. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

Em 10 de janeiro de 2025, Nicolás Maduro, sob fortes críticas de organizações internacionais, assumiu o 3º mandato como presidente da Venezuela. Esse mandato, segundo promessas do próprio Maduro, deve seguir até o ano de

- a) 2028.
- b) 2029.
- c) 2031.
- d) 2034.
- e) 2036.

06. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

No dia 9 de abril do ano de 2025, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) apresentou dados do PIB do Pará em lançamento de novo indicador econômico. Esse novo indicador se trata do

- a) IPCA Semanal Paraense.
- b) PIB Trimestral Paraense.
- c) TR Diária Paraense.
- d) IGP-M Bial Paraense.
- e) Plano Circular Quinzenal.

07. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

Considerando a relação entre Estado e povo, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência **correta**.

() As identidades étnicas, geográficas, linguísticas, religiosas e políticas somente assumem configuração definida no contexto da estrutura estatal a partir da positivação da ordem constitucional. É nesse âmbito que se consolidam as bases da correlação jurídico-política entre povo e Estado.



01. INSTITUTO AACP - FISC SAN (SES SC)/SES SC/2026

No Windows 11 (em português), quando o Pannel de Controle está configurado para exibir os itens por Categoria, suas configurações são organizadas em categorias e subcategorias que facilitam o acesso às opções do sistema. Dentro da categoria “Rede e Internet”, há uma subcategoria específica que permite alterar a home page utilizada pelos navegadores configurados no sistema. Em qual subcategoria da categoria “Rede e Internet” se encontra a opção “Alterar a home page”?

- a) Opções da Internet.
- b) Central de Rede e Compartilhamento.
- c) Conexões de Rede.
- d) Firewall do Windows Defender.
- e) Gerenciador de Dispositivos de Rede.

02. INSTITUTO AACP - ASS (UNIRIO)/UNIRIO/ ADMINISTRAÇÃO/2026

Uma assistente em administração da UNIRIO está utilizando o Windows 11 e trabalha com duas janelas abertas simultaneamente: o Excel e o sistema de cadastro dos alunos. Para otimizar seu espaço de trabalho na tela, ela precisa usar o novo recurso Layouts de Ajuste (Snap Layouts) do Windows 11 para dispor as duas janelas em metades perfeitas, lado a lado, sem a necessidade de redimensioná-las manualmente.

Qual é a ação mais rápida e direta que a assistente deve realizar para acessar os Layouts de Ajuste pré-definidos do sistema e selecionar o modelo de divisão desejado? (Obs.: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- a) Pausar o cursor do mouse sobre o botão ‘Maximizar’ da janela ativa, que exibirá os modelos de layout disponíveis.
- b) Pressionar a tecla Windows + L para bloquear temporariamente a tela e, ao retornar, o Windows perguntará sobre o ajuste das janelas.
- c) Clicar com o botão direito do mouse sobre a Barra de Tarefas e selecionar a opção Layouts de Ajuste.
- d) Abrir o Menu Iniciar, procurar pela opção Multitarefa e, em seguida, arrastar a janela para a borda superior.
- e) Pressionar simultaneamente as teclas Alt + Tab e manter o cursor sobre a pré-visualização da janela a ser ajustada.

03. INSTITUTO AACP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/DIREITO/2025

Um advogado do MPRS, frequentemente, precisa gerenciar múltiplos documentos, e-mails e aplicativos enquanto trabalha em diferentes processos judiciais. Durante o expediente, ele costuma alternar rapidamente entre essas aplicações para garantir a eficiência nas suas tarefas. Em um momento de alta demanda, esse profissional necessita revisar rapidamente todas as suas aplicações abertas e as informações que está acessando e decide,

então, utilizar um atalho de teclado no sistema operacional Windows 11 (em português) para visualizar uma miniatura de todas as janelas abertas. Diante do exposto, qual é o atalho de teclado correto para que ele consiga realizar essa ação no sistema operacional Windows 11 em português?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- a) Ctrl + F4
- b) Ctrl + Shift
- c) Ctrl + Alt + Tab
- d) Ctrl + Shift + Esc
- e) Ctrl + Esc

04. INSTITUTO AACP - TEC ADM (PARANAPREVIDÊNCIA)/ PARANAPREVIDÊNCIA/2025

Você, como técnico administrativo da PARANAPREVIDÊNCIA, está organizando documentos relacionados aos benefícios previdenciários e, para organizar os processos de forma eficiente, precisa criar pastas no sistema de arquivos do Microsoft Windows 11 (em português). No entanto, ao nomear essas pastas, você deve garantir que os nomes sejam válidos, já que o sistema operacional não permite o uso de determinados caracteres reservados.

Diante dessa situação, assinale a alternativa que apresenta um nome válido para uma pasta no referido sistema operacional, ou seja, que NÃO contém caracteres reservados do sistema operacional.

- a) \Paraná_Previdência
- b) >Paraná_Previdência
- c) c) =Paraná_Previdência
- d) *Paraná_Previdência
- e) :Paraná_Previdência

05. INSTITUTO AACP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/ENFERMAGEM/2025

Durante atividades administrativas no âmbito do MPRS, servidores precisam organizar os arquivos digitais de forma eficiente, garantindo o descarte adequado de documentos obsoletos ou desnecessários. Um servidor, ao realizar a limpeza periódica de uma pasta de trabalho em um computador com sistema operacional Microsoft Windows 11 (em português), decide enviar alguns arquivos para a Lixeira, de modo que possam ser recuperados posteriormente, se necessário temporariamente arquivos e/ou pastas excluídos das unidades internas do computador (como C:\), assinale a alternativa que apresenta uma das formas corretas de enviar um arquivo para a Lixeira.

- a) Arrastar o arquivo para a barra de tarefas ou para outro aplicativo aberto.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO



01. INSTITUTO AACP - ASS (UNIRIO)/UNIRIO/ ADMINISTRAÇÃO/2026

A respeito dos Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

a) Os fundamentos da República Federativa do Brasil são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar social.

b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos e não diretamente, nos termos da Constituição Federal de 1988.

c) São poderes dependentes entre si, quanto ao exercício, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

e) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; assegurar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.

02. INSTITUTO AACP - AUD (IF CE)/IF CE/2026

A dignidade da pessoa humana serve como núcleo axiológico de todo o ordenamento jurídico, orientando a interpretação dos direitos e garantias fundamentais. No sistema constitucional brasileiro, ela é classificada como

- a) um fundamento da República Federativa do Brasil.
- b) um objetivo fundamental a ser alcançado pela sociedade.
- c) um direito social de segunda dimensão.
- d) uma diretriz exclusiva das relações internacionais.
- e) uma diretriz de competência exclusiva da União.

03. INSTITUTO AACP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/BIOLOGIA/2025

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos essenciais alguns princípios. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um desses fundamentos.

- a) Soberania.
- b) Dignidade da pessoa humana.
- c) Pluralismo político.
- d) Independência dos Poderes Executivo e Legislativo.
- e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

04. INSTITUTO AACP - ADV (PARANAPREVIDÊNCIA)/PARANAPREVIDÊNCIA/2025

Segundo a Constituição Federal, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a

- a) legalidade.

- b) cidadania.
- c) urbanidade.
- d) impessoalidade.
- e) publicidade.

05. INSTITUTO AACP - PSIC (SANESUL)/SANESUL/2025

Assinale a alternativa em que todos os itens correspondem a princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.

a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

b) A soberania, a cidadania, a autonomia, os valores humanos e a diversidade cultural.

c) A soberania, a autonomia, a dignidade à vida, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político.

d) A soberania, a autonomia, a dignidade humana, os valores sociais e o singularismo político.

e) A soberania, a igualdade, a dignidade humana, o pluralismo político e a diversidade cultural.

06. INSTITUTO AACP - PAPIS (IGP RS)/IGP RS/2025

Assinale a alternativa **correta**, no que se refere ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

a) O princípio da dignidade da pessoa humana é núcleo axiológico da Constituição, por isso todos os demais direitos fundamentais dele são derivados com a mesma intensidade.

b) A dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, a partir da interpretação do dispositivo constitucional que a consagra, comporta três distintas espécies de normas: regra, princípio e metanorma.

c) Por não comportar gradações no sentido de conferir a determinadas pessoas maior ou menor grau de dignidade, o princípio da dignidade humana é tido como absoluto.

d) O dever de respeito à dignidade humana enseja proibições ao Estado e particulares e, em seu aspecto subjetivo, impede que a pessoa seja tratada como meio para se atingir um determinado fim.

e) O reconhecimento e a proteção da dignidade da pessoa humana pelas constituições de diversos países ocidentais tiveram um aumento significativo após a Revolução Francesa, em que foram erigidos os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

07. INSTITUTO AACP - TPNM (UENF)/UENF/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2025

Conforme a Constituição Federal, são princípios que regem a República Federativa do Brasil no âmbito das relações internacionais, **EXCETO**

- a) o da prevalência dos direitos humanos.
- b) o do repúdio ao terrorismo e ao racismo.



01. INSTITUTO AACP - PAPIS (IGP RS)/IGP RS/2025

Segundo os conceitos da arquivologia, documento é toda informação registrada em suporte material, que possa comprovar fatos e que possa ser utilizado para consulta. No âmbito da criminalística, o documento que exprime o resultado de um trabalho de análise, seguido de uma opinião sobre um evento específico que esteja sendo examinado, é denominado

- a) Laudo Pericial.
- b) Procedimento Investigatório Criminal.
- c) Parecer Técnico.
- d) Relatório Técnico.
- e) Auto.

02. INSTITUTO AACP - AG ML (PCIE PE)/PCIE PE/2024

Os documentos médico-legais ou odontológicos podem ser classificados quanto à procedência, à finalidade ou ao conteúdo. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Documento oficioso é classificado quanto ao conteúdo.
- b) Documento judicial é classificado quanto ao conteúdo.
- c) Documento falso é classificado quanto à finalidade.
- d) Documento oficial é classificado quanto à procedência.
- e) Documento administrativo é classificado quanto à procedência.

03. INSTITUTO AACP - AG ML (PCIE PE)/PCIE PE/2024

Quando, na marcha de um processo, um profissional é nomeado para intervir e formular resposta com o intuito de esclarecer questões de interesse jurídico, procurando interpretar e elucidar dúvidas em relação ao mérito, o documento a ser utilizado é o(a)

- a) laudo médico-legal.
- b) notificação médico-legal.
- c) parecer médico-legal.
- d) auto médico-legal.
- e) relatório médico-legal.

04. INSTITUTO AACP - AG ML (PCIE PE)/PCIE PE/2024

Em uma exumação, o médico-legista ditou ao escrivão que o acompanhava todos os atos realizados de maneira minuciosa e cronológica.

Nesse contexto, o documento produzido foi o

- a) atestado.
- b) relatório médico-legal.
- c) laudo médico-legal.
- d) parecer médico-legal.
- e) auto.

05. INSTITUTO AACP - AG ML (PCIE PE)/PCIE PE/2024

O relatório médico-legal é a descrição minuciosa de uma perícia médica a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária. A parte do relatório em que o perito deve inserir todos os detalhes, achados objetivos e subjetivos dos exames e, quando possível, expor suas observações com esquemas, ilustrações ou fotografias é o(a)

- a) histórico.
- b) descrição.
- c) conclusão.
- d) discussão.
- e) preâmbulo.

06. INSTITUTO AACP - AG ML (PCIE PE)/PCIE PE/2024

O documento médico-legal que é constituído de preâmbulo, quesitos, histórico, discussão, conclusão e resposta aos quesitos é o(a)

- a) notificação.
- b) parecer médico-legal.
- c) relatório médico-legal.
- d) auto.
- e) atestado.

07. INSTITUTO AACP - PER CRIM (PCIE PE)/PCIE PE/CIÊNCIAS BIOLÓGICAS OU BIOMEDICINA/2024

Uma equipe de perícia inicia sua jornada de plantão de doze horas noturnas às 19h30min do dia 15/05/2024, quarta-feira, feriado municipal na cidade em que está lotada. Por volta das 02h55min, a equipe é acionada para atendimento pericial em um local de triplo homicídio cujo autor foi apontado por testemunhas. Após realizar as devidas diligências e o levantamento do local, a equipe retorna para a base às 08h15min, sendo essa a única ocorrência do turno. Entendendo o caso como complexo e no mesmo dia do atendimento, o perito criminal responsável pelo caso requereu dilação do prazo para a elaboração do Laudo Pericial, e seu superior hierárquico deferiu o pedido. Sobre o exposto, considere as seguintes afirmativas:

I. No caso apresentado, tal perito possui prazo superior a dez dias para elaborar e expedir seu laudo.

PORQUE

II. Após o pedido de dilação de prazo pelo perito e este ter seu pedido deferido, o prazo máximo de elaboração de um laudo pericial pode ser prorrogado.



LEGISLAÇÃO GERAL

01. CEFETBAHIA - ANA TEC (DPE BA)/DPE BA/ ADMINISTRAÇÃO/2026

Sobre a Nomeação e Posse, considerando o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () A posse poderá ocorrer por procuração específica.
- () Se a nomeação não se der dentro do prazo, o ato de posse será considerado sem efeito.
- () O empossado, ao se investir no cargo de provimento permanente ou temporário, apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- a) F F V
- b) F V V
- c) V V F
- d) V F V
- e) V F F

02. IDCAP - FEA (ADAB)/ADAB/DEFESA SANITÁRIA ANIMAL/2026

Em um órgão da administração direta do Estado da Bahia, um servidor recém-nomeado para cargo efetivo iniciou suas atividades após aprovação em concurso público. Durante os primeiros anos de exercício, foi submetido a avaliações periódicas que consideraram sua assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Próximo ao término do período avaliativo, a unidade de pessoal providenciou a formalização da avaliação final para homologação pela autoridade competente. Após completar três anos de efetivo exercício, o servidor passou a questionar seus direitos funcionais, especialmente quanto à aquisição de estabilidade e às hipóteses de perda do cargo.

Considerando a situação narrada e a Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, podendo perder o cargo por sentença judicial ou processo administrativo.
- b) A estabilidade é adquirida com a posse no cargo efetivo, desde que haja aprovação prévia em concurso público regularmente homologado.
- c) O servidor adquire estabilidade após dois anos de exercício, podendo perder o cargo por decisão administrativa sem processo formal.

d) O servidor poderá perder o cargo após estabilidade mediante decisão administrativa, ainda que não lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

e) A avaliação do estágio probatório é facultativa e não interfere na aquisição da estabilidade funcional após o tempo mínimo de exercício.

03. IDCAP - TNM (UEFS)/UEFS/AUXILIAR DE BIBLIOTECA/2025

Carlos foi aprovado em concurso público para um cargo de nível médio no Estado da Bahia. Após a nomeação, ele recebeu a notícia de que precisará se mudar temporariamente para outra cidade por questões familiares. Sabendo que a posse é obrigatória para que ele assuma o cargo, qual o prazo máximo para que Carlos tome posse, considerando a possibilidade de prorrogação, conforme a Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais?

- a) 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.
- b) 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias.
- c) 60 dias, sem possibilidade de prorrogação.
- d) 90 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período.

04. IDCAP - TNM (UEFS)/UEFS/AUXILIAR DE BIBLIOTECA/2025

Bruno ingressou no serviço público estadual e, durante seu primeiro mês de trabalho, percebeu que sua jornada de trabalho era diferente da do setor privado. Qual é a carga horária semanal padrão para os servidores públicos estaduais, salvo previsão legal diversa, conforme a Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais?

- a) 20 horas semanais.
- b) 44 horas semanais.
- c) 30 horas semanais.
- d) 40 horas semanais.

05. IDCAP - TNM (UEFS)/UEFS/AUXILIAR DE BIBLIOTECA/2025

Mariana iniciou suas atividades como servidora pública estadual após aprovação em concurso. Durante os primeiros anos de trabalho, percebeu que era constantemente avaliada pelo seu desempenho. Em que período Mariana estará sujeita ao estágio probatório para aquisição da estabilidade, conforme a Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais?

- a) 3 anos.
- b) 1 ano.
- c) 5 anos.
- d) 2 anos.



01. INSTITUTO AOCP - CAD (CBM PR)/CBM PR/2025

O Estado brasileiro é estruturado juridicamente como uma República Federativa composta pela união indissociável dos entes federativos. Dentro dessa configuração, é fundamental compreender as distinções conceituais entre Estado, Governo e Administração Pública, elementos frequentemente confundidos no exercício da gestão pública. A clareza desses conceitos é essencial à atuação dos agentes públicos e à organização dos poderes, competências e limitações constitucionais. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

a) O Estado é um ente transitório e limitado à vontade popular expressa nas eleições; assim, ele é substituído a cada novo partido político que assume a gestão do cargo executivo em uma eleição democrática.

b) Governo e Administração Pública são expressões equivalentes, pois ambos representam o exercício das atividades políticas e administrativas em nome do Estado, não havendo distinção de natureza entre essas funções.

c) A Administração Pública corresponde aos órgãos e entidades que integram o poder executivo, estando no exercício das funções de governo; os demais são produtos de outra lógica gerencial.

d) O Estado é a relação soberana e jurídica do território, ao passo que o governo é o conjunto diretivo temporário que exerce função política em nome do Estado.

e) A Administração Pública, por representar a totalidade do Estado, possui poder soberano e ilimitado, sendo responsável por legislar, julgar e executar.

02. INSTITUTO AOCP - AUD (PARANAPREVIDÊNCIA)/PARANAPREVIDÊNCIA/2025

A Administração Pública brasileira é regida por princípios constitucionais, como Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE), que norteiam a atuação tanto da administração direta quanto da indireta. No contexto da Previdência Social, esses princípios orientam a concessão de benefícios, a arrecadação de contribuições e a gestão de recursos, garantindo o atendimento ao interesse público. Sobre a aplicação prática dos princípios legais na administração direta e indireta no âmbito da Previdência Social, assinale a alternativa correta.

a) Na administração direta, a aplicação do princípio da impessoalidade é mais flexível, permitindo que gestores priorizem interesses locais e específicos, enquanto, na administração indireta, prevalece o princípio da eficiência, dado o caráter autônomo das entidades como fundações e autarquias previdenciárias.

b) A administração direta, representada por órgãos como ministérios e secretarias, atua exclusivamente no planejamento e na normatização das políticas previdenciárias, enquanto a administração indireta é responsável pela execução das atividades

operacionais, como concessão de benefícios e fiscalização de contribuições.

c) O princípio da moralidade na administração indireta exige que fundações e autarquias previdenciárias adotem mecanismos de controle interno rigorosos para evitar desvios, sendo dispensável na administração direta, uma vez que seus atos estão sujeitos à revisão legislativa.

d) Tanto na administração direta quanto na indireta, o princípio da eficiência exige a utilização racional dos recursos previdenciários, sendo a administração indireta frequentemente mais eficiente devido à sua autonomia operacional e flexibilidade administrativa.

e) A administração direta e indireta possuem competências distintas, mas complementares, sendo ambas obrigadas a observar todos os princípios constitucionais, como a publicidade, que exige transparência em todos os atos, incluindo a divulgação de informações sobre arrecadação, gestão e resultados financeiros do sistema previdenciário.

03. INSTITUTO AOCP - ADM (SANESUL)/SANESUL/2025

Os princípios da Administração Pública norteiam a atuação dos agentes públicos e garantem a legalidade, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Além dos princípios explícitos, a doutrina e a jurisprudência também reconhecem princípios implícitos que complementam a atuação administrativa. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O princípio da impessoalidade determina que a Administração Pública deve tratar todos os administrados de forma isonômica, vedando qualquer favorecimento ou discriminação indevida.

b) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, sem exceção, garantindo acesso irrestrito às informações públicas.

c) O princípio da moralidade impõe que os atos administrativos devem respeitar padrões éticos e de probidade, considerando não apenas a legalidade formal mas também a adequação moral das decisões.

d) O princípio da eficiência busca garantir que a Administração Pública atue com produtividade e qualidade na prestação dos serviços públicos, otimizando recursos e reduzindo desperdícios.

e) O princípio da legalidade estabelece que o administrador público só pode atuar conforme a lei, diferentemente dos particulares, que podem fazer tudo o que a lei não proíbe.

DIREITO CONSTITUCIONAL



01. INSTITUTO AACP - ESTAG (MPE GO)/MPE GO/RESIDÊNCIA JURÍDICA/2026

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de mutação constitucional.

a) Alteração informal do sentido, do alcance ou do modo de aplicação de norma constitucional, sem modificação do texto da Constituição e sem utilização do procedimento formal de reforma constitucional.

b) Alteração formal do texto da Constituição, realizada por meio do procedimento de emenda constitucional previsto pelo poder constituinte originário.

c) Manutenção, na nova ordem constitucional, de normas infraconstitucionais anteriores que sejam materialmente compatíveis com a Constituição superveniente.

d) Técnica de controle de constitucionalidade pela qual se preserva a validade de norma infraconstitucional, atribuindo-lhe interpretação compatível com a Constituição.

e) Permanência em vigor de normas da Constituição anterior, com hierarquia infraconstitucional, quando admitida pela nova ordem constitucional.

02. INSTITUTO AACP - ASS (UNIRIO)/UNIRIO/ADMINISTRAÇÃO/2026

A respeito dos Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

a) Os fundamentos da República Federativa do Brasil são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar social.

b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos e não diretamente, nos termos da Constituição Federal de 1988.

c) São poderes dependentes entre si, quanto ao exercício, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

e) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; assegurar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.

03. INSTITUTO AACP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/BIOLOGIA/2025

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos essenciais alguns princípios. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um desses fundamentos.

a) Soberania.

b) Dignidade da pessoa humana.

c) Pluralismo político.

d) Independência dos Poderes Executivo e Legislativo.

e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

04. INSTITUTO AACP - ADV (PARANAPREVIDÊNCIA)/PARANAPREVIDÊNCIA/2025

Segundo a Constituição Federal, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a

a) legalidade.

b) cidadania.

c) urbanidade.

d) impessoalidade.

e) publicidade.

05. INSTITUTO AACP - PAPIS (IGP RS)/IGP RS/2025

Assinale a alternativa **correta**, no que se refere ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

a) O princípio da dignidade da pessoa humana é núcleo axiológico da Constituição, por isso todos os demais direitos fundamentais dele são derivados com a mesma intensidade.

b) A dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, a partir da interpretação do dispositivo constitucional que a consagra, comporta três distintas espécies de normas: regra, princípio e metanorma.

c) Por não comportar gradações no sentido de conferir a determinadas pessoas maior ou menor grau de dignidade, o princípio da dignidade humana é tido como absoluto.

d) O dever de respeito à dignidade humana enseja proibições ao Estado e particulares e, em seu aspecto subjetivo, impede que a pessoa seja tratada como meio para se atingir um determinado fim.

e) O reconhecimento e a proteção da dignidade da pessoa humana pelas constituições de diversos países ocidentais tiveram um aumento significativo após a Revolução Francesa, em que foram erigidos os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

06. INSTITUTO AACP - TPNM (UENF)/UENF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2025

Conforme a Constituição Federal, são princípios que regem a República Federativa do Brasil no âmbito das relações internacionais, **EXCETO**

a) o da prevalência dos direitos humanos.

b) o do repúdio ao terrorismo e ao racismo.

c) o da erradicação da pobreza.

d) o da concessão de asilo político.

e) o da não-intervenção.

DIREITO PENAL



01. INSTITUTO AOCP - POL PEN (SAP SP)/SAP SP/2026

Assinale a alternativa correta quanto aos princípios do Direito Penal.

- a) O princípio da insignificância é de aplicação irrestrita, quando relacionado a delitos cujo interesse tutelado possua valor irrelevante.
- b) Os princípios da insignificância e da adequação social têm como fundamento a análise da lesão ou perigo de lesão a bem jurídico tutelado.
- c) O princípio da ofensividade ou lesividade não se destina ao legislador, mas sim ao aplicador do direito.
- d) O princípio da intervenção mínima possui caráter subsidiário.

02. INSTITUTO AOCP - ESTAG (MPE GO)/MPE GO/RESIDÊNCIA JURÍDICA/2026

Marcelo foi definitivamente condenado à pena de quatro anos de reclusão pela prática de determinado crime. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, entrou em vigor nova lei que manteve a conduta como criminosa, mas reduziu os limites mínimo e máximo da pena abstratamente cominada ao delito.

Diante desse cenário, considerando o disposto no Código Penal sobre a lei penal no tempo, é correto afirmar que a nova legislação

- a) constitui *abolitio criminis* e retroagirá para extinguir a punibilidade de Marcelo.
- b) constitui *novatio legis* incriminadora e não poderá retroagir, em razão do princípio da anterioridade penal.
- c) constitui *novatio legis in pejus* e somente poderá ser aplicada aos fatos praticados após sua entrada em vigor.
- d) constitui *novatio legis in melius* e retroagirá para beneficiar Marcelo, ainda que já tenha sobrevivendo sentença penal condenatória transitada em julgado.
- e) constitui lei penal temporária e somente será aplicável aos fatos praticados durante o período expressamente previsto para sua vigência.

03. INSTITUTO AOCP - JL (TJ GO)/TJ GO/2025

Uma pessoa foi denunciada pelo Ministério Público porque, em maio de 2021, teria cometido um crime. A denúncia foi oferecida no ano de 2023, depois da entrada em vigor da lei que aumentou a pena mínima cominada ao crime. Nesse contexto, no momento de elaborar o projeto de sentença, o juiz leigo deve considerar que, de acordo com o Código Penal e os princípios do Direito Penal, a pena aplicável será a vigente

- a) no momento do oferecimento da denúncia, já que constitui o marco de consolidação da pretensão punitiva estatal e, com isso, define a lei aplicável ao caso.

- b) à época da sentença, já que o princípio da obrigatoriedade da lei penal impõe a aplicação imediata da lei nova, ainda que mais severa.

- c) quando do oferecimento da denúncia, já que, enquanto não houver trânsito em julgado, a lei nova deve alcançar os fatos ocorridos antes de sua vigência, como expressão do princípio da legalidade.

- d) à época da publicação da sentença, dada a exigência de aplicação da lei penal mais recente como expressão da política criminal.

- e) na data do cometimento do crime, afastando a aplicação da lei posterior por ser mais grave, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal.

04. INSTITUTO AOCP - AJ TRE TO/TRE TO/JUDICIÁRIA/2025

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à aplicação da lei penal, conforme previsto no Código Penal (CP) brasileiro.

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) De acordo com o princípio da representação (ou da bandeira), deve ser aplicada a lei brasileira aos crimes cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras e estrangeiras, quando estiverem em território estrangeiro e aí não forem julgados.
- c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço.
- d) O dia do começo inclui-se no cômputo dos prazos. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

05. INSTITUTO AOCP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/DIREITO/2025

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa podem ser tomados como culposos se praticados com negligência.
- b) No infanticídio culposo, a agente age sem a intenção de matar, mas o faz por estado puerperal.
- c) Salvo os casos expressamente previstos em lei como crimes culposos, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- d) É preterdolosa a lesão corporal quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, ainda que o tenha iniciado de forma culposa.
- e) A imperícia como elemento da conduta dos crimes culposos é fato considerado culpável a pretexto de isentar ou aplicar a pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



01. INSTITUTO AOCP - JL (TJ GO)/TJ GO/2025

A respeito dos princípios processuais penais, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O princípio do juiz natural, em sentido positivo, assegura o direito ao juiz competente predeterminado por lei e, em sentido negativo, estabelece a vedação dos tribunais de exceção.

b) O princípio da presunção de inocência está constitucionalmente representado pela fórmula da consideração da não culpabilidade.

c) O princípio da motivação das decisões judiciais tem por finalidades permitir o conhecimento das partes acerca das razões de decidir, possibilitando a impugnação da decisão, e permitir o controle social sobre a atividade jurisdicional.

d) O duplo grau de jurisdição assegura o direito ao reexame das decisões por um órgão jurisdicional diverso daquele que as proferiu, sendo a possibilidade de interposição de recurso especial e recurso extraordinário manifestação desse princípio.

e) O princípio do devido processo legal, no aspecto processual, pode ser considerado um princípio síntese, que engloba os demais princípios e garantias processuais assegurados constitucionalmente.

02. INSTITUTO AOCP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/DIREITO/2025

Consoante o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) A lei processual penal veda a interpretação analógica, independentemente se favorável ou não ao réu.

b) Aplica-se à lei processual penal o princípio da taxatividade, isto é, os enunciados normativos deverão ser minuciosamente descritivos a fim de impossibilitar a interpretação extensiva.

c) A lei processual penal admitirá a aplicação supletiva da lei processual civil, especialmente nas matérias em que for omissa.

d) A lei processual penal não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.

e) A interpretação extensiva, admitida pela lei processual penal, é aquela que possibilita a repristinação da norma anteriormente vigente.

03. INSTITUTO AOCP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, a respeito do inquérito policial, é **correto** afirmar que

a) nos crimes em que a ação penal for pública e depender de representação do ofendido, o inquérito poderá ser iniciado pela autoridade policial de ofício.

b) o inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

c) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade sob pena de violação dos direitos e garantias fundamentais previstos no ordenamento jurídico.

d) constatada a ausência de provas e fundamentos jurídicos necessários, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial, mediante prévia comunicação ao Ministério Público e juízo competente.

e) depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

04. INSTITUTO AOCP - GM (PREF CURITIBA)/PREF CURITIBA/2026

Nos termos do Código de Processo Penal, a ação penal pública por crime deve ser promovida

a) por denúncia do Ministério Público.

b) por meio de portaria expedida pelo delegado de polícia.

c) por denúncia da pessoa ofendida.

d) pelo juiz, de ofício.

e) por queixa-crime registrada perante a Polícia Militar.

05. INSTITUTO AOCP - ESTAG (MPE GO)/MPE GO/RESIDÊNCIA JURÍDICA/2026

Com relação à Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre os crimes ambientais, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

b) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime previsto na Lei nº 9.605/1998 terá decretada sua liquidação forçada, e seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

c) A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado, para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.

d) A pessoa jurídica somente poderá ser desconsiderada quando comprovados o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, sendo insuficiente o mero fato de sua personalidade constituir obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

e) Nas infrações penais previstas na Lei nº 9.605/1998, a ação penal é pública incondicionada.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL EXTRAVAGANTE



01. INSTITUTO AACP - FISC SAN (SES SC)/SES SC/2026

Um servidor público, responsável pelo setor de compras de uma Secretaria Estadual de Saúde, direcionou um processo licitatório para beneficiar uma empresa de equipamentos hospitalares. Durante a investigação, constatou-se que a empresa recebeu valores acima dos praticados no mercado e que o servidor participou ativamente da montagem do edital para favorecer o contratado. Diante dessa situação, nos termos da Lei nº 8.429/1992, a conduta desse servidor caracteriza

- a) falta funcional, punível com advertência e registro no dossiê.
- b) infração disciplinar sem prejuízo ao erário, de natureza administrativa.
- c) ato de improbidade administrativa, sujeito a sanções civis, políticas e administrativas.
- d) irregularidade, restrita a sanções pelo Tribunal de Contas.
- e) peculato, sujeito a sanções penais e multa.

02. INSTITUTO AACP - ASS (UNIRIO)/UNIRIO/ADMINISTRAÇÃO/2026

Em uma Prefeitura, o diretor de infraestrutura determinou verbalmente que uma empresa de engenharia realizasse reparos emergenciais em vias públicas, sem formalização mínima do processo de contratação. Após a execução, o diretor autorizou o pagamento integral da nota fiscal apesar de: ausência de contrato, inexistência de justificativa técnica e ausência de comprovação de que todos os serviços foram efetivamente prestados. Uma auditoria interna identificou que parte dos serviços não ocorreu e que houve favorecimento à empresa, cuja proprietária era amiga pessoal do gestor. O impacto financeiro ao município foi comprovado. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, é **correto** afirmar que a conduta praticada

- a) configura falha administrativa de natureza formal, sem repercussão jurídica relevante, pois havia urgência na execução dos serviços.
- b) configura ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito do agente público, pois houve pagamento indevido.
- c) configura ato de improbidade administrativa por dano ao erário, em razão do pagamento sem comprovação de execução e da contratação irregular.
- d) se trata de mera irregularidade, sanável pela via administrativa, devendo apenas ser emitido contrato posterior para regularização.
- e) não configura ato de improbidade, pois a amizade pessoal não caracteriza, por si só, violação de princípio da administração pública.

03. INSTITUTO AACP - TEC (UNIRIO)/UNIRIO/CONTABILIDADE/2026

José, servidor público federal, foi processado e condenado judicialmente por ato de improbidade administrativa por permitir e facilitar a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado. Nesse contexto e considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, é **correto** afirmar que

- a) o ato praticado por José se enquadra nas hipóteses de violação aos princípios da Administração Pública.
- b) a conduta praticada por José configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- c) a conduta de José configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- d) o ato praticado por José não gera responsabilidade por improbidade administrativa.
- e) a conduta praticada por José caracteriza apenas uma infração administrativa gravíssima, sem implicações de natureza criminal.

04. INSTITUTO AACP - AUD (IF CE)/IF CE/2026

Nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, o ato do agente público que consiste em perceber vantagem econômica indireta, a título de comissão ou gratificação, para omitir ato de ofício ou para facilitar a liberação de pagamentos por serviços contratados pela Administração, caracteriza

- a) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sendo a condenação condicionada à prova de que a vantagem financeira saiu diretamente da dotação orçamentária do órgão público.
- b) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, sujeitando o agente, entre outras sanções, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos.
- c) infração administrativa de natureza meramente ética, visto que a lei atual exige, para a configuração de improbidade, que a vantagem percebida provenha obrigatoriamente de recursos do Tesouro Nacional.
- d) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, punível exclusivamente com a suspensão dos direitos políticos por até 5 anos, sem possibilidade de perda da função pública.
- e) conduta atípica sob a égide da nova Lei de Improbidade, uma vez que a atual redação aboliu a modalidade de enriquecimento ilícito, mantendo apenas os atos que geram dano efetivo e comprovado ao patrimônio público.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL



01. INSTITUTO AACP - ESTAG (MPE GO)/MPE GO/RESIDÊNCIA JURÍDICA/2026

De acordo com o disposto no Código Civil, será(ão) objeto(s) de averbação em registro público

- a) o nascimento, o casamento e o óbito.
- b) a sentença que decretar a nulidade do casamento, a anulação do casamento, o divórcio ou a separação judicial.
- c) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- d) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- e) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

02. INSTITUTO AACP - ANA (CM NI)/CM NOVA IGUAÇU/SUPORTE LEGISLATIVO/2024

Conforme o Código Civil, far-se-á averbação em registro público:

- a) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- b) dos nascimentos, casamentos e óbitos.
- c) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- d) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- e) das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial, o restabelecimento da sociedade conjugal e a morte presumida.

03. INSTITUTO AACP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/DIREITO/2025

De acordo com o disposto no Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) as organizações religiosas e os Estados.
- b) as sociedades e os Municípios.
- c) as associações públicas e os partidos políticos.
- d) as entidades de caráter público criadas por lei e as autarquias.
- e) os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.

04. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

Em relação ao regime jurídico das pessoas naturais e jurídicas no Direito Civil brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

- a) A existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com o arquivamento de seus atos constitutivos no registro civil das pessoas naturais.
- b) A capacidade de fato da pessoa natural é conferida no momento da maioridade, ainda que presentes as condições como enfermidade mental ou deficiência que impeça o discernimento.
- c) As associações civis não podem ser dissolvidas voluntariamente, salvo por decisão judicial fundada em interesse público relevante.

d) A desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer quando a autonomia patrimonial for utilizada para fins fraudulentos ou abuso de direito.

e) O domicílio da pessoa natural é sempre o local onde ela mantém sua residência habitual, sendo vedada a pluralidade de domicílios.

05. INSTITUTO AACP - JL (TJ GO)/TJ GO/2025

Segundo o Código Civil, o domicílio da pessoa natural é

- a) o local de nascimento registrado em certidão pública.
- b) o lugar onde ela exerce sua atividade principal e permanente.
- c) o local onde ela mantém sua família, ainda que não resida nele.
- d) o lugar onde ela estabelece residência com ânimo definitivo.
- e) o município de sua última residência conhecida.

06. INSTITUTO AACP - AJ TRF2/TRF 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2024

Joaquim reside no município de Niterói e, durante a semana, desloca-se todos os dias à cidade do Rio de Janeiro, pois é servidor público deste último município. Aos finais de semana, dirige-se para a cidade de Petrópolis, pois possui uma loja de produtos artesanais na região, sendo conhecido como um exímio comerciante. Diante da situação apresentada, é correto afirmar que pode(m) ser considerado(s) domicílio(s) de Joaquim

- a) Niterói, Rio de Janeiro e Petrópolis.
- b) Rio de Janeiro e Petrópolis, apenas.
- c) Niterói e Rio de Janeiro, apenas.
- d) Niterói, apenas.
- e) Rio de Janeiro, apenas.

07. INSTITUTO AACP - TEC MP (MPE RS)/MPE RS/2025

Quanto aos bens, na forma disciplinada pelo Código Civil, é correto afirmar que

- a) perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que para nele se reempregar.
- b) o uso comum do bem público não pode ser objeto de retribuição, devendo ser assegurado o uso gratuito.
- c) consideram-se bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, desde que a incorporação seja por ato voluntário.
- d) é permitida a alienação de bens públicos dominicais, observadas as exigências da lei.
- e) as benfeitorias úteis são as que têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL



01. INSTITUTO AOCP - PROM JUS (MPE MA)/MPEMA/2025

Em demanda proposta por Crislaura, em trâmite na 4ª Vara Cível da Capital, a magistrada encerrou a instrução e, sem intimar as partes para a apresentação de memoriais, proferiu sentença de improcedência com base em fundamento jurídico que não havia sido debatido no processo. A respeito da situação descrita e dos princípios aplicáveis, é correto afirmar que

- a) a decisão é válida, pois a ausência de intimação para alegações finais não acarreta nulidade, desde que o juiz esteja convencido da suficiência do que foi produzido.
- b) o juiz, ante o encerramento da instrução, pode sentenciar imediatamente, independentemente de novas manifestações das partes, conforme seu poder de direção do processo.
- c) a ausência de intimação para apresentação de memoriais e a decisão com base em fundamento inédito violam o contraditório substancial e o princípio da não surpresa.
- d) a nulidade apenas seria reconhecida se demonstrado prejuízo concreto à parte que deixou de se manifestar.
- e) a sentença é nula apenas se ausente fundamentação ou desrespeito a precedente obrigatório, não sendo exigido contraditório prévio sobre todos os fundamentos.

02. INSTITUTO AOCP - TEC JUD (TJ PR)/TJ PR/2025

Acerca da função jurisdicional, na forma disciplinada pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- b) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.
- c) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- d) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- e) É admissível a ação meramente declaratória, mesmo nos casos em que tenha ocorrido a violação do direito.

03. INSTITUTO AOCP - ADV (PARANAPREVIDÊNCIA)/PARANAPREVIDÊNCIA/2025

Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação à competência.

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- b) Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente o foro do local de falecimento.

c) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de domicílio do autor.

d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de seu domicílio.

e) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

04. INSTITUTO AOCP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

No que se refere à jurisdição e à competência no âmbito do processo civil brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

- a) A competência absoluta pode ser modificada por convenção entre as partes, desde que expressa em cláusula contratual.
- b) A ausência de alegação de incompetência relativa no momento processual oportuno implica sua prorrogação, tornando o juízo preventivo.
- c) O juízo absolutamente incompetente tem seus atos convalidados se não houver manifestação da parte interessada no prazo legal.
- d) O Poder Judiciário detém a jurisdição estatal, não se admitindo a modalidade de jurisdição privada.
- e) A competência territorial, por envolver matéria de ordem pública, deve ser reconhecida de ofício pelo juiz, ainda que não suscitada pelas partes.

05. INSTITUTO AOCP - RES (PREF SP)/PREF SP/JURÍDICA/2025

A Procuradoria-Geral do Município de São Paulo foi citada em ação indenizatória proposta por morador do Distrito de Parelheiros, alegando que sua residência foi danificada em razão de obras públicas de drenagem realizadas pelo município. Após analisar os autos, o procurador municipal responsável pelo caso verificou que o autor ajuizou a ação no foro regional de Santo Amaro, que possui jurisdição sobre aquele distrito, mas é diverso do foro central onde se localiza a sede administrativa do município de São Paulo. Considerando as regras do Código de Processo Civil sobre a competência da Fazenda Pública, o foro competente é

- a) o da capital do estado.
- b) o domicílio do autor.
- c) o local do dano, por se tratar de ato ilícito.
- d) o da sede do município demandado.
- e) qualquer um, a critério do autor.



DIREITO TRIBUTÁRIO

01. INSTITUTO AACP - AG PROF (SEAP PR)/SEAPPR/ANALISTA DE PROCURADORIA/2024

No que concerne ao Código Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

II. Em relação às taxas, considera-se específico o serviço público quando suscetível de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.

IV. A isenção e a anistia são causas de extinção do crédito tributário, as quais podem ser concedidas em caráter geral ou limitadamente e desde que observados os requisitos previstos em lei para sua concessão.

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

02. INSTITUTO AACP - AFRM (PREFUBERABA)/PREFUBERABA/2024

Levando em consideração apenas a classificação constante no Código Tributário Nacional, quais são as modalidades de tributos?

- a) Impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Impostos, taxas e contribuições sociais.
- c) Impostos, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
- d) Impostos, contribuições sociais e taxas.

03. INSTITUTO AACP - ECO (SES SC)/SES SC/2026

Os princípios gerais da tributação orientam a forma como o Estado pode criar, arrecadar e fiscalizar os tributos. Em relação aos princípios gerais da tributação previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- a) Universalidade.
- b) Exclusividade.
- c) Publicidade.
- d) Anualidade.
- e) Legalidade.

04. INSTITUTO AACP - PROM JUS (MPE MA)/MPEMA/2025

Em determinado estado do Brasil, uma lei foi publicada em 15 de setembro de 2023, majorando a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). De acordo com os princípios tributários constitucionais, é correto afirmar que essa nova alíquota poderá ser exigida dos contribuintes

- a) imediatamente após a publicação, em 15 de setembro de 2023.
- b) a partir de 1º de janeiro de 2024, respeitando-se apenas o princípio da anterioridade anual.
- c) a partir de 15 de dezembro de 2023, pois já terão decorrido 90 dias da publicação.
- d) somente a partir de 1º de janeiro de 2024, desde que até essa data tenham decorrido no mínimo 90 dias da publicação.
- e) a partir de 1º de janeiro de 2025, para dar tempo suficiente para a adaptação dos contribuintes.

05. INSTITUTO AACP - RES JUR (TJ PA)/TJ PA/2025

Acerca dos princípios gerais do Direito Tributário, assinale a alternativa **correta**.

- a) O princípio da legalidade tributária estrita não admite exceções.
- b) O princípio da anterioridade anual se aplica a todos os impostos.
- c) O princípio da anterioridade nonagesimal é exclusivo para as contribuições sociais.
- d) A previsão de isenção de imposto estadual em lei complementar nacional versando sobre normas gerais daquele tributo incorre em isenção heterônoma vedada pelo texto constitucional.
- e) O princípio da irretroatividade tributária não comporta exceções no texto constitucional.

06. INSTITUTO AACP - RES (PREF SP)/PREF SP/JURÍDICA/2025

Durante estudo para um concurso de residência em gestão pública, um grupo de recém-formados analisou os Princípios Constitucionais Tributários previstos na Constituição Federal de 1988. Ao revisar o tema, surgiram dúvidas sobre as limitações ao poder de tributar. Com base nesses princípios, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da irretroatividade permite que a lei tributária alcance fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência, desde que haja interesse público relevante.
- b) O princípio da anterioridade anual estabelece que nenhum tributo será cobrado no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que o instituiu ou aumentou, ressalvadas exceções previstas na própria Constituição.



01. INSTITUTO AOCP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/ENGENHARIA FLORESTAL/2025

Celebrada em Washington, em 3 de março de 1973, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) objetiva resguardar certas espécies contra a exploração comercial predatória, garantindo, assim, sua preservação. Considerando as disposições do decreto que implementa a CITES, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma atribuição da referida Autoridade Administrativa.

- a) Elaborar e remeter relatórios periódicos à Secretaria da CITES.
- b) Coordenar as demais autoridades que com ela atuam em conjunto na atribuição prevista no inciso anterior.
- c) Organizar e manter atualizado o registro dos infratores.
- d) Estabelecer as características das marcas que devem ser utilizadas nos espécimes, produtos e subprodutos, objeto do comércio internacional.
- e) Designar pessoas físicas ou jurídicas de reconhecida capacidade científica, para auxiliá-las no desempenho da sua função.

02. INSTITUTO AOCP - ANA ADM (IDEMA RN)/IDEMA RN/ADMINISTRAÇÃO/2025

De acordo com a Lei nº 6.938/1981, assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos expressos da Política Nacional do Meio Ambiente.

- a) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.
- b) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- c) Compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- d) Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
- e) Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

03. INSTITUTO AOCP - ANA ADM (IDEMA RN)/IDEMA RN/ADMINISTRAÇÃO/2025

De acordo com a Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, compete aos Estados, no âmbito de suas atribuições e nas respectivas áreas de jurisdição, a elaboração de normas supletivas e complementares, bem como de padrões ambientais, observados os parâmetros estabelecidos pelo

- a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- c) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- d) Conselho de Governo.
- e) respectivo órgão seccional ambiental.

04. INSTITUTO AOCP - ANA AMB (IDEMA RN)/IDEMA RN/AGRONOMIA/2025

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente**, nos termos da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e respectiva constituição.

- a) Órgão consultivo e deliberativo, constituído pelo Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- b) Órgão superior, constituído pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- c) Órgãos locais, constituídos por órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
- d) Órgão central, constituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- e) Órgãos executores, constituídos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

05. INSTITUTO AOCP - ANA MP (MPE RS)/MPE RS/ENGENHARIA FLORESTAL/2025

Considerando as disposições legais que regem o licenciamento ambiental e as competências dos entes federados, com base na Resolução Conama nº 237/1997, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O órgão ambiental competente poderá suspender ou cancelar uma licença ambiental expedida, mesmo sem motivação explícita, caso constata a superveniência de graves riscos ambientais, dada a urgência da situação.

CRIMINOLOGIA



01. INSTITUTO AACP - POL PEN (DEPPEN PR)/DEPPENPR/2024

Quanto à criminologia, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Pode ser compreendida como uma ciência empírica, pois é baseada na observação da realidade dos fatos e na experiência.
- b) É uma ciência autônoma, independente e interdisciplinar, uma vez que envolve diversos outros ramos do conhecimento para explicar os objetos de estudo.
- c) Pode ser entendida como uma ciência formal e normativa, pois sistematiza princípios e regras de proteção de bens jurídicos, projetando estratégias, táticas e meios de controle social.
- d) Observa o crime como um fenômeno social e comunitário, buscando compreender os fatores da criminogênese.
- e) Estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social das condutas criminosas.

02. INSTITUTO AACP - SOLD (PM DF)/PM DF/COMBATENTE/2023

Sobre o método, objeto e natureza da Criminologia, é **correto** afirmar que

- a) é pacífico na doutrina que a vitimologia configura uma ciência autônoma.
- b) seu método é dedutivo e ela se preocupa exclusivamente com o estudo do delinquente.
- c) seu método é empírico e ela se ocupa do estudo do delito, do delinquente, da vítima e dos mecanismos de controle social.
- d) seu método é indutivo e ela somente se ocupa de aspectos sociológicos do crime, da vítima e do delinquente.
- e) seu método é lógico-abstrato e ela se ocupa do estudo do delito, do delinquente, da vítima e dos mecanismos de controle social.

03. INSTITUTO AACP - DEL POL (PC PA)/PC PA/2021

Assinale a alternativa que **NÃO** engloba um objeto de estudo criminológico.

- a) O crime.
- b) A vítima.
- c) O “dever-ser”.
- d) O controle social do comportamento delitivo.
- e) A personalidade do delinquente.

04. INSTITUTO AACP - POL PEN (PP DF)/PP DF/2022

Em relação à criminologia, julgue o item seguinte.

Para a Escola Positiva, a responsabilidade criminal do delinquente leva em conta sua responsabilidade moral e se sustenta pelo livre-arbítrio, este inerente ao ser humano.

- () Certo
- () Errado

05. INSTITUTO AACP - POL PEN (PP DF)/PP DF/2022

Em relação à criminologia, julgue o item seguinte.

Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, principais expoentes da Escola Clássica, sustentam que o delinquente é um sujeito patológico que deve ser apartado do meio social para não contaminar o todo orgânico.

- () Certo
- () Errado

06. INSTITUTO AACP - DEL POL (PC GO)/PC GO/2022

Tadeu é Delegado de Polícia lotado no Município de Catalão-GO. Além disso, cursa pós-graduação em nível de mestrado em Direito e pesquisa a delitividade das ocorrências na sua circunscrição. Ao se debruçar sobre possíveis escolas criminológicas, Tadeu optou por priorizar a atuação preventiva do Estado, diminuindo a repressão, com estudos centrados em investigações empíricas em cada localidade. Assim, é correto afirmar que ele utilizou o método da

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Criminologia do Consenso.
- d) Escola Austríaca.
- e) Teoria da Anomia Preventiva.

07. INSTITUTO AACP - SOLD (PM DF)/PM DF/COMBATENTE/2023

Classificam-se como teorias de consenso de vertentes sociológicas:

- a) a criminologia crítica, a associação diferencial e a teoria do etiquetamento.
- b) a teoria do etiquetamento, a criminologia marxista e a subcultura delinquente.
- c) a criminologia crítica, a teoria do etiquetamento e a escola de Chicago.
- d) a criminologia marxista, a criminologia crítica e a escola de Chicago.
- e) a teoria da anomia, a subcultura delinquente e a associação diferencial.